

POLÍTICA PÚBLICA E EXPECTATIVAS JUVENIS – CONSIDERAÇÕES EM TORNO DO PROGRAMA BOLSA TRABALHO NA CIDADE DE SÃO PAULO

CORROCHANO, Maria Carla – USP

GT: Movimentos Sociais e Educação / n.03

Agência Financiadora: FAPESP

1. Introdução

Desde o final dos anos 1990, a importância de ações públicas destinadas aos jovens torna-se cada vez mais consensual, provocando e sendo provocada por iniciativas em diferentes esferas do governo e na sociedade civil brasileira. Algumas temáticas se fazem permanentemente presentes, desafiando a construção de alternativas e fortalecendo a imagem de um campo em construção, marcado por pressupostos diversos. O desemprego juvenil é uma delas. Se ainda hoje permanecem as ações que procuram erradicar o trabalho entre crianças e adolescentes até os 16 anos, também ganham força o debate e as ações em torno dos jovens acima dessa idade, mas que não encontram trabalho.

O presente artigo toma como base a análise preliminar de uma iniciativa pública dirigida a jovens no município de São Paulo, o Programa Bolsa Trabalho Renda (PBT)¹. O referido programa se constituiu em torno de uma estratégia específica de enfrentamento do desemprego juvenil: a ampliação do grau de inatividade, buscando-se elevar o tempo de escolaridade dessa população. Trata-se da análise dos primeiros resultados de pesquisa de campo realizada para nossa tese de doutorado e de um processo preliminar de avaliação junto ao poder público e uma organização não governamental. Partimos de uma revisão conceitual acerca das categorias juventude e desemprego, seguindo-se a apresentação das linhas gerais do Programa. Por fim, partindo da escuta dos sujeitos envolvidos – representantes do governo, da sociedade civil, educadores e jovens – por meio de grupos de discussão, argumentamos em torno de um descompasso entre a proposta do PBT e as expectativas juvenis, sobretudo naquilo que se relaciona à esfera do trabalho.

Foram realizados seis grupos de discussão em torno dos objetivos do PBT, seus significados e principais resultados na perspectiva dos sujeitos envolvidos. O primeiro grupo foi integrado por membros da Secretaria do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade (SDTS), responsáveis pelo Programa Bolsa Trabalho. Com os jovens

¹ Doravante chamado PBT.

egressos foram realizados três grupos (cada um com a presença de 10 jovens), respeitando a diversidade de gênero, escolaridade, raça, ano de participação no programa e região da cidade, sorteados e convidados a partir de amostra aleatória obtida via Banco de Dados do Programa. Cada um desses jovens participou de projetos executados por diferentes entidades da sociedade civil. Posteriormente, realizamos outros dois grupos de discussão, o primeiro com os coordenadores desses projetos e o segundo com educadores sorteados a partir de uma lista obtida junto aos coordenadores.

Nossa pesquisa ainda prevê a realização de entrevistas em profundidade com jovens participantes do Programa em pelo menos dois distritos do município. No entanto, os resultados dos grupos já trazem elementos significativos para continuidade do estudo e elaboração de novos questionamentos.

2. Juventude e desemprego enquanto construções sociais

Tanto a noção de juventude, quanto de desemprego², como tradicionalmente concebidas, são consideradas enquanto socialmente construídas. No caso do conceito de juventude, sua construção está relacionada ao desenvolvimento da sociedade moderna. A constituição da família burguesa e a disseminação da escola vão distanciando as crianças do mundo adulto e confinando-as no interior de suas casas e instituições escolares, emergindo as noções de infância, adolescência e juventude (Ariés, 1978). Esse processo atinge inicialmente as crianças da aristocracia e da burguesia, para mais tarde estender-se às camadas populares. No momento em que emerge a categoria desemprego – final do século XIX – as medidas de afastamento das crianças do trabalho e o processo de escolarização contribuem para a modulação social das idades (Peralva, 1997).

As conceituações mais gerais enfatizam a importância em não considerar a juventude enquanto categoria una e homogênea, mesmo em contexto histórico definido (Pais, 1993; Sposito, 1994). Alguns estudos apontam a necessidade de diferenciação da construção teórica em torno das noções de jovens (sujeitos concretos) e juventude (Atias-Donfut, 1996). Nesse sentido a juventude é simultaneamente um momento entre a infância e a idade adulta, e modos de inserção na estrutura social que variam segundo classe, gênero e etnia (Dubet, 1996). É condição social e representação (Peralva, 1997).

² Segundo Demazière (1995) desemprego se refere à condição à qual estão sujeitos trabalhadores regulares, temporal e involuntariamente sem trabalho, demarcada por uma medida estatística e estatuto jurídico.

A categoria desemprego tem seu berço na sociedade salarial moderna³ e suas estratégias em torno de uma nova relação com o trabalho e diferentes padrões de vida entre trabalhadores (Salais et al., 1986; Topalov, 1994, Maruani, 2002; Demazière, 1995).

Essa consideração é fundamental na medida em que refletir sobre desemprego no Brasil pressupõe considerarmos a especificidade dessa categoria e de sua construção em nosso país. Embora o assalariamento regular não tenha se constituído aqui enquanto forma dominante de emprego, é forte e presente o significado do desemprego entre nós e não podemos ignorá-lo. O vínculo formal era e é “o passaporte para o mundo, por assim dizer, mais estável de direitos no Brasil” (Cardoso et al., 2000).

Trabalho, emprego e desemprego, bem como suas representações amplamente generalizadas se modificam e o debate em torno dessas mudanças se intensifica. Estudos realizados por Maruani (2002) e Demazière (1995) defendem a importância do emprego na vida dos indivíduos já que ainda representa a possibilidade de um “salário, um status na sociedade, uma posição na família e uma identidade social” (Maruani, 2002:55). Mas ambos concordam não ser possível falar de um mesmo emprego e desemprego, como na constituição da sociedade salarial moderna. Para uns, a permanência em emprego assalariado, por tempo indeterminado, com local e jornada fixos; para outros, ausência de espaço e tempo de trabalho fixos, jornadas e contratos indeterminados. De conjuntural e temporário, o desemprego cresce em volume e duração.

O estudo do desemprego, das ações que procuram enfrentá-lo, bem como dos sujeitos nos expõe, portanto, a alguns desafios. O desemprego assume novas formas e, na medida em que não é mais fenômeno conjuntural, não basta afirmar sua seletividade, como fizeram alguns autores clássicos (Ledrut, 1966). É preciso tornar evidente que desigualdades, tais como de sexo, idade, nacionalidade, classe, escolaridade, moradia, perfil profissional se reforçam, se multiplicam, se acumulam (Demazière, 1995; Maruani, 2002).

Quando observamos as taxas de desemprego, no Brasil ou em outros países, notamos a presença de fortes desigualdades entre perfis do desempregado. Um aspecto que chama a atenção de alguns autores franceses, ao analisarem o desemprego de longa

³ Segundo Castel (1998).

duração, diz respeito às dificuldades em definir quem de fato faz parte da população ativa, inativa ou desempregada (Freysinet, 1984; Maruani, 2002; Demazière, 1995).

Essa importante questão diz respeito à tentativa de perceber a partir de quais normas sociais as medidas do desemprego são construídas. Enfatizam que ser desempregado vai além de estar sem emprego ou em busca de emprego, é ser socialmente legitimado nessa busca e incluído na composição das taxas de desemprego. Só será desempregado quem for reconhecido como tal. Nesse sentido, o desemprego associa-se ao direito ao emprego (Maruani, 2002).

Para Maruani (2002) há grupos para os quais a legitimidade em possuir um emprego, e portanto em ser considerado desempregado, nunca foi questionada – homens, chefes de família, por exemplo. São os “núcleos duros”, pautados no emprego assalariado em tempo pleno e estável. Entre as mulheres é mais fácil amalgamar as diferenças entre uma desempregada por desalento ou temporariamente indisponível para o mercado, e uma dona de casa.

Maruani (2002) chama a atenção para a categoria inatividade, identificando políticas que acabam por incitá-la entre grupos sociais, destacando àquelas dirigidas aos mais velhos e mulheres. Fica evidente que os sujeitos se definem como empregados, inativos ou desempregados a depender de seu contexto, sexo, faixa etária, destacando-se a importância das ações do Estado.

Poderíamos fazer as mesmas perguntas em relação aos jovens. Ao estudar jovens em situação de emprego precário e desemprego em Portugal, Pais (2001) aponta o desajuste entre taxas de emprego e desemprego, pois os percursos profissionais dos jovens são marcados pela transitoriedade e aleatoriedade; imersos em empregos precários e informais, sua situação manifesta claro desajuste entre os conceitos de emprego e desemprego existentes e suas realidades. Poderíamos nos questionar se esses desajustes também estariam relacionados à maior tolerância em relação ao desemprego e à inserção dos jovens em empregos precários, como faz Maruani (2002) no caso das mulheres.

Face ao elevado desemprego juvenil, diversos países europeus têm desenvolvido políticas de inserção dirigidas a jovens; se observamos o caso francês, medidas são tomadas na perspectiva da mediação entre a marginalidade e o emprego assalariado autônomo, de pleno direito. Trata-se dos estágios, das atividades de “formação” que por vezes de maneira intencional, acabam por levar o jovem à inatividade, encobrendo assim

o desemprego juvenil (Dubet, 1999). Ou como indaga Pais (2001): a escola prepara para o emprego ou encobre o desemprego?

Parece-nos pertinente questionar o que ocorre com sujeitos jovens quando uma política pública desencadeia ações para torná-los inativos, enquanto estratégia face ao desemprego. Seguindo Dubet (2001), que descompassos encontramos entre a razão do Estado e a razão dos sujeitos?

3. Políticas Públicas de juventude e o Programa Bolsa Trabalho na cidade de São Paulo

Se nos países europeus tanto a formulação de políticas públicas destinadas aos jovens, sobretudo no campo do trabalho, quanto os estudos das mesmas estão presentes desde o final dos anos 70 (Demazière, 1995; Lagree, 1999), no Brasil ambos são recentes. Observando diferentes políticas, sobretudo em nível federal, Rua (1998) encontra o segmento juvenil no interior de várias ações governamentais, mas, em grande maioria, imerso em políticas que atingem diversas coortes.

Embora predomine, como nota Abramo (1997) para o início dos anos 90, visibilidade dos jovens sob a ótica dos “problemas” e não dos direitos, no final daquela década estudos começam a reconhecer ações indo além desta dimensão dos problemas (Sposito e Carrano, 2003; Leite, 2003). Elevam-se as manifestações favoráveis a ações específicas para a juventude e os municípios protagonizam parte delas a partir da criação de coordenadorias, assessorias, e programas. Não por acaso a experiência escolhida para análise advém de um município.

No campo do trabalho constata-se que políticas públicas de geração de trabalho e renda apareceram recentemente na experiência brasileira⁴. O que dizer daquelas voltadas à juventude? Principalmente a partir dos anos 90, os elevados índices de desemprego juvenil impulsionaram ações públicas que começam a reconhecer o trabalho como direito da juventude, tornando-se fundamental sua análise (Corrochano e Gouvêa, 2002; Leite, 2003). Ao mesmo tempo, a necessidade de redução dos índices de violência permanece como justificativa para parte considerável das iniciativas. Além disso, análises realizadas por Corrochano e Gouvêa (2002), e por Leite (2003), mostram que as estratégias são múltiplas e por vezes conflitantes. Há desde iniciativas que

⁴ Ver DIEESE (2001, pp.259-91) para o histórico e avaliação destas políticas no caso brasileiro.

procuram apoiar a inserção dos jovens no mercado de trabalho formal até aquelas cujo objetivo é incentivar sua inatividade na perspectiva de elevação de sua escolaridade e melhoria da condição de inserção no mercado de trabalho.

É nessa última abordagem que o Programa Bolsa Trabalho Renda concentra sua ênfase. O Programa⁵ teve início em 2001 no âmbito da Secretaria do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade⁶ (SDTS) do município de São Paulo. Dirige-se a jovens entre 16 e 20 anos, estudantes, desempregados ou não exercendo atividade remunerada, moradores da cidade de São Paulo há pelo menos 2 anos, e vivendo em famílias com renda total per capita igual ou inferior a dois salários mínimos. Todos os participantes do programa passaram a receber bolsa correspondente a 45% do salário mínimo, além de auxílio-transporte e seguro de vida coletivo, por um período entre 6 meses e 2 anos. Ao mesmo tempo, receberam algum tipo de formação, não necessariamente voltada para o mundo do trabalho. Tendo iniciado suas atividades em distritos de maior exclusão social, o Programa atingiu aproximadamente 60 mil jovens residentes nos 96 distritos do município, apresentando uma orientação clara: dados os elevados índices de desemprego juvenil, não deveria ser criado um programa de incentivo à inserção do jovem no mercado de trabalho⁷ e sim a ampliação do grau de inatividade, seguindo experiências de países desenvolvidos. Desse modo, buscava-se possibilitar a jovens de baixa renda uma trajetória escolar elevada, que poderia dar-lhes mais chances de um trabalho qualificado no futuro, e evitando a ampliação da concorrência pelos escassos empregos. Assim, houve dissociação clara e deliberada entre trabalho e renda (Pochmann, 2002).

Seus objetivos específicos relacionavam-se com a oferta de meios para que os jovens de baixa renda pudessem continuar na escola; de capacitação adicional, não necessariamente vinculada ao mercado de trabalho; de potencializar a integração dos jovens nos bairros por meio de atividades comunitárias e de melhoria das condições de vida dos jovens e de seu grupo familiar.

⁵ Inicialmente chamado apenas Programa Bolsa Trabalho. Posteriormente foram agregados novos subprogramas, atingindo jovens de faixa etária e escolaridade mais elevadas (Bolsa Trabalho Cursinho, Bolsa Trabalho Estágio e Bolsa Trabalho Emprego). O Bolsa Trabalho Renda permaneceu como principal programa, atingindo aproximadamente 60 mil jovens enquanto os demais somados alcançam número muito menor.

⁶ Doravante chamada SDTS.

⁷ Para Pochmann (2002:102), "os equívocos de escassas ações governamentais voltadas à pressão ao primeiro emprego juvenil mostram ser ineficientes, quando não ineficazes. Como empurrar para o mercado de trabalho os filhos das famílias pobres, quando não se criam vagas necessárias para todos? Esse tipo de ação resulta em transferir ao jovem a responsabilidade da própria condição de desemprego".

Mas o programa declarou possuir objetivos preventivos: “oferecer meios para que os jovens não desistam de estudar e nem, na ausência de vagas no mercado de trabalho, recorram a estratégias perigosamente fáceis de ganhar a vida” (Pochmann, 2002:103). Notamos aqui concepção semelhante à observada em boa parte dos programas dirigidos a jovens⁸: a preocupação em ocupar o tempo livre dos segmentos juvenis para que não sejam enredados em atividades ilícitas.

“É algo que nasce da percepção da Prefeitura de São Paulo de uma preocupação das famílias de que existe um desemprego enorme na cidade e que o jovem, principalmente esse que é morador da periferia de São Paulo e muitas vezes ou está fora da escola ou em um período está na escola e no outro está desocupado, sem fazer nada, correndo riscos. E aí as mães e pais têm a preocupação de que esse jovem tenha outra ocupação além de estar na escola”. (GDPBT⁹).

A necessidade da realização de atividades de caráter educativo não formal vinha justificada pela equipe do Programa como estratégia para explicar ao beneficiário o recebimento do recurso, evitando, em sua opinião, que o programa fosse identificado como assistencialista; para conscientizar o jovem de seus direitos e deveres e fazê-lo conhecer melhor o bairro, construindo alternativas de intervenção.

Para as atividades foram chamadas outras secretarias e empresas municipais. Inicialmente os bolsistas eram capacitados para ações complementares de apoio a essas instâncias. A partir de 2003, convênio com a Unesco permitiu que as atividades de formação pudessem ser financiadas, ampliando-se as parcerias com entidades da sociedade civil, incluindo várias entidades com experiência de trabalho junto ao segmento juvenil que a partir de um projeto passaram a receber recursos para a execução das atividades com jovens cadastrados e selecionados segundo critérios do programa. Em cada distrito o programa ganhou um formato já que sua implementação dependia das parcerias no local, o que não aconteceu sem conflitos¹⁰.

Da necessidade de um conteúdo mínimo comum, uma equipe reunindo diferentes secretarias elaborou o Módulo Básico de Formação Cidadã, definindo eixos temáticos. Esse módulo, com até 480 horas, tinha como objetivos a reflexão sobre questões englobadas sob o rótulo de “cidadania”:

“Quando a gente coloca o objetivo do projeto do Bolsa Trabalho, que não era para fazer formação exclusiva e direcionada para o mundo do trabalho (...) a

⁸ Cf. Sposito e Carrano, 2003.

⁹ Como até o momento realizamos apenas grupos de discussão, identificaremos as falas por meio das seguintes siglas: GD PBT – grupo de discussão com a equipe do programa Bolsa Trabalho; GDJOV - grupo de discussão com jovens egressos; GDEDUC – grupo de discussão dos educadores; GDCOORD – grupo de discussão dos coordenadores de projetos.

¹⁰ Dados os limites desse artigo não iremos detalhar essas questões.

formação servia para você poder trabalhar com esse jovem, é o Módulo Básico de Cidadania. Então, é aquela coisa de você dizer: “Bom, todos os meninos que vão para o Bolsa Trabalho passarão por uma formação. Discutirão meio ambiente, sexualidade, geração de renda, trabalho, que ele não está desempregado porque é vagabundo, é parte de uma estrutura muito maior...” (GDPBT)

Também havia um módulo de formação específica, sem carga horária definida, privilegiando “atividades de utilidade coletiva”, que poderiam contribuir para algum tipo de inserção no mundo do trabalho no futuro, embora não fosse o foco central. Inicialmente realizados de modo desconexo da formação básica, nos dois últimos anos são realizados simultaneamente, o que parece ter despertado maior interesse dos jovens, dos coordenadores de projetos e educadores. De modo geral os cursos desse módulo tinham uma ênfase em atividades de caráter social e comunitário: formação de agentes de trânsito, de saúde, lazer. A partir da aproximação com ONGs que desenvolviam trabalhos com o segmento juvenil ampliou-se o leque de ofertas, abarcando cursos supostamente mais próximos do universo juvenil, como HIP HOP, circo, teatro, comunicação comunitária.

“Ou seja, o principal objetivo do *Módulo Específico* é preparar o beneficiário para o exercício de uma ocupação ou atividade comunitária, por meio da aquisição ou aperfeiçoamento de habilidades específicas (...). Ao final, o beneficiário deverá ter adquirido um conjunto de competências que lhe permitirão exercer uma ocupação, com possibilidades de inserção no mercado de trabalho ou visando alternativas de geração de renda”¹¹ (GDPBT).

Assim, embora um dos objetivos do programa fosse o retardamento do jovem no mundo do trabalho, isto parecia estar mais relacionado a incentivá-lo na busca por “novas profissões” do que à postergação de sua entrada neste mundo. Mas tanto a própria equipe, quanto os jovens, coordenadores de projetos e educadores reconheceram a dificuldade em alcançar tal intento em um período por vezes não superior a 6 meses. Além disso, parcerias com entidades e empresas municipais que desenvolviam atividades de caráter profissionalizante mais tradicionais, tais como auxiliar de escritório, técnico de raio X, algumas oferecendo, inclusive, cesta básica e vale transporte trazia dificuldades para a compreensão dos objetivos do programa.

¹¹ SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO, TRABALHO E SOLIDARIEDADE (SDTS.) **Projeto formação cidadã, capacitação ocupacional e aprendizagem em atividades de utilidade coletiva: Diretrizes para o módulo específico**, São Paulo, 2002.

Com o término da formação, o jovem poderia inscrever-se em outros programas seja para prosseguir seus estudos, sobretudo em direção ao ensino superior, seja para conseguir uma vaga no mercado de trabalho ou apoio a algum empreendimento. No entanto, foram muito poucos os jovens que deram continuidade inscrevendo-se em outro programa. Em nossa amostra, alguns jovens tentaram essa alternativa, mas sem sucesso.

4) Os objetivos do PBT Renda e as expectativas juvenis

Todos os jovens participantes dos grupos de discussão apresentam histórico parecido, na fase anterior ao ingresso no programa. A grande maioria já havia concluído o ensino médio, os demais cursavam ou voltaram a estudar, estes últimos representam a minoria. Ou seja, logo em seu início, o programa se deparou com um público que, ao menos em termos de escolaridade, afastava-se do perfil inicial previsto¹². A necessidade e também o desejo de trabalhar era uma preocupação de todos e muitos estavam procurando emprego. Alguns poucos realizavam algum tipo de trabalho, porém sem registro em carteira, o que consideram apenas um ‘bico’ por não ter direitos assegurados, estabilidade, além da falta de perspectiva de ascensão profissional.

Assim, levados em sua grande maioria pelas mães, esses jovens fizeram sua inscrição pensando em uma vaga no mercado de trabalho formal, em um estágio ou ao menos em um curso profissionalizante que pudessem acrescentar no currículo:

“Eu fiquei um pouco decepcionado no começo. A gente vai com aquela aflição, às vezes está desempregado há tanto tempo e aí tem a surpresa da carta chegando, você vai lá e pensa que é um emprego.” (GDJOV)

“Ter um curso profissionalizante para eu por no currículo. Um curso profissionalizante mesmo” (GDJOV)

“Um curso e uma oportunidade de estar estagiando, estar trabalhando” (GDJOV)

¹² Por essa razão foram criados outros programas dirigidos a jovens com escolaridade mais elevada.

Nesse sentido, o nome do Programa evocou um conjunto de experiências e representações relacionadas ao mundo do emprego formal. Não por acaso muitos dos coordenadores de projetos e educadores consideraram um equívoco:

“Eu acho que a coisa da frustração mesmo que gera o nome trabalho, eu acho que o título ele é muito pesado, então eu acho que o título, o nome desse projeto talvez tenha sido mal escolhido ou errado por algum motivo, “bolsa trabalho” gera uma expectativa muito difícil de você trabalhar, que é de um emprego, que não adiantava falar é trabalho numa concepção mais geral. Era emprego o que eles queriam.” (GDCOORD)

Uma vez percebendo o desencontro em relação à sua expectativa inicial, a maior parte dos jovens assume ter permanecido no programa em função da renda, seja por desejo próprio, seja por pressão dos pais e necessidade. Esta também é a percepção dos educadores e coordenadores de projetos.

“(…) ele é atraído pela Bolsa, ele não sabe muito bem onde está indo, ele deveria ter opção de escolha, é o grande desafio da Secretaria” (GDEDUC).

“(…)é tão comum a vinda dos pais que às vezes ele tem contato com os educadores e fala, mas como que você corta o meu filho, ele precisa; ou às vezes o menino fala, mas eu não quero estar aqui, eu estou aqui porque meu pai está me obrigando” (GDEDUC).

No que diz respeito à renda, o debate em torno de quem deveria ou não recebê-la expressa um determinado modo de compreender a ação pública. Todos os jovens alegaram saber que os critérios do programa estavam relacionados à baixa renda familiar, entretanto, relatam diversos casos onde, segundo sua percepção, eram cometidas injustiça alegando conhecerem pessoas contempladas apesar da “renda elevada”, “dos carros na garagem”; ou do descumprimento das exigências do programa – sobretudo a não realização de cursos complementares.

“Bastante gente não conseguiu por causa da renda. Falaram: a renda da família tem que ser baixa. Acho que é por isso daí.” (GDJOV)

“Teve pessoas que tinham mais condições, tinha até carro novo e conseguiu. Ficava pensando: como pode? A pessoa tem carro novo e conseguiu, têm pessoas precisando e não conseguem.” (GDJOV)

“Um colega meu que trabalhava comigo na pizzeria não tinha tempo de ir ao curso, mas no final do mês a mãe dele ia lá e recebia. Ele tirava o maior sarro porque eu ia no curso e ele não e mesmo assim recebia.”(GDJOV)

Esta última fala também é reveladora de um não questionamento em relação à necessidade de realização de atividades educativas para o recebimento da bolsa. Pelo contrário, alguns jovens alegavam, inclusive, não compreender porque “recebiam para

fazer um curso ou para continuar frequentando à escola”. Em alguns casos perguntavam pelo trabalho que deveriam realizar por isso.

“Eles diziam: não, ninguém dá dinheiro para alguém estudar, vocês estão enganados, eles estão querendo que a gente trabalhe com alguma coisa.” (GDCOORD)

Entre os educadores, alguns chegaram a afirmar que a bolsa deveria ficar em segundo plano ou existir apenas para transporte e alimentação, apontando o curso como mais importante. Outros chegaram a questionar os usos da bolsa. Um dos objetivos centrais do PBT – a redistribuição de renda e sua percepção como um direito esteve ausente do debate. De certo modo, a obrigatoriedade de participação nos cursos levava muitos jovens a percebê-los como uma forma de pagamento pelo benefício recebido. Além disso, naquilo que era uma das expectativas centrais do programa – afastar os jovens do mercado de trabalho – a bolsa não pareceu ser suficiente. A maior parte continuou trabalhando em ocupações precárias ou seguiu procurando trabalho com o recurso recebido. Outros ainda a utilizaram para a realização de algum curso profissionalizante de característica mais tradicional, numa direção contrária à proposta pela Secretaria.

As atividades educativas

“Curso de cidadania”. Assim grande parte dos jovens sintetizava as atividades desenvolvidas no primeiro momento do PBT. Em torno dele uma primeira e mais recorrente percepção era de que se tratava de algo essencialmente “teórico” e muito próximo em relação ao que era ofertado no ambiente escolar, ambos vistos de modo negativo:

“Parte teórica. Seria muito melhor se não tivesse (...) O teórico é ficar todo dia estudando, ficar na rotina, como na escola” (GDJOV)

“Todo dia tinha que falar a mesma coisa. A maioria das coisas tinha que falar o que era cidadania. Quase todo dia tinha que fazer isso. Eu não via a hora de ir embora” (GDJOV)

Ao descreverem os aspectos considerados positivos alguns destacaram sua importância para perderem a timidez e que esta conquista acabou contribuindo no momento de realizar entrevista em busca de uma vaga no mercado de trabalho.

“As dinâmicas. Você vai entrar no mercado de trabalho, vai fazer uma entrevista e eles usam muito a dinâmica. Ajuda muita gente a se soltar diante do público. Dinâmica. Vai se soltando mais.” (GDJOV)

Além disso, a depender do modo como o curso de cidadania era realizado, parecia haver uma avaliação mais positiva da proposta do curso em si:

“O meu curso de cidadania foi bem legal. A gente ia para a rua pesquisar sobre o assunto abordado. O meu foi sobre a história de São Paulo. A gente foi para São Miguel e pesquisamos prá caramba, entrevistei pessoas e li toda a história. Foi bem legal” (GDJOV)

Sair para o mundo era o aspecto mais valorizado para a maioria dos jovens que avaliaram de modo mais positivo a formação cidadã. A valorização desse aspecto ficou ainda mais evidente quando dialogaram em torno do módulo de formação específica. Os cursos de formação específica realizados pelos jovens dos grupos de discussão foram de gestão empresarial, oficina de reciclagem, informática, hip hop, auxiliar de raios-X, arbitragem de futebol, fotografia na lata, artes plásticas, montagem e desmontagem de computador, agente de saúde.

Em geral esses cursos se destacam em relação ao curso de cidadania pelo fato de possibilitarem um maior número de atividades práticas, mas dentre aqueles que efetivamente realizaram algum tipo de formação específica, as críticas não deixam de aparecer. Havia a clara percepção de que os cursos tinham sido muito ‘rápidos’ e superficiais e por vezes essencialmente teóricos ou mesmo a percepção de que a parte “prática” ficava apenas para o final.

“No começo era um pouco chato. Mas quando o educador parou de falar um pouco, de dar tanta teoria e começamos a tirar mais fotografia e aí a gente prestou mais atenção e aprendeu cada dia mais. A gente pegou mais conhecimento.” (...) (GDJOV)

“Fiz computação e achei dinâmico demais. Muito rápido. Passavam os programas em duas semanas. Tinha que ser melhor detalhado. E não eram maus professores, mas deixou a desejar.” (GDJOV)

Para o grupo de educadores e coordenadores de projetos, de modo geral e sem considerar o desejo inicial de grande parte dos jovens de que o Programa lhes oferecesse uma oportunidade de trabalho ou curso profissionalizante, o que parece despertar-lhes maior atenção são cursos ou projetos que lhes propiciassem uma “atividade prática”. Não parecem desejar permanecer ouvindo o educador em sala de aula ou mesmo realizando atividades em grupo, à semelhança do que já encontram na escola. Queriam sair para o mundo, conhecer seu entorno e ao mesmo tempo realizar algum tipo de intervenção. O reconhecimento que podem ter a partir dessa intervenção os leva a valorizarem ainda mais os cursos. Mostram-se abertos a experimentações, mas

queixavam-se do curto espaço de tempo e da pouca profundidade dos cursos realizados, o que dificultava pensar numa perspectiva profissional a partir deles.

5) Mudanças mas... e o emprego?

Em todos os grupos de discussão houve certo consenso em torno do fato de que muito embora grande parte dos jovens inicie a participação nos cursos em função da bolsa, aos poucos e a depender da maneira como são conduzidas as atividades educativas, estas deixam de ser vistas apenas como uma contrapartida. Para além do grande apoio dado pela bolsa, apontam mudanças, sobretudo naquilo que se relaciona à dimensão relacional: elevação da auto-estima, maior capacidade de diálogo, de indignação e questionamento, de trabalho coletivo, de fazer novas amizades. O aprendizado obtido também é outro aspecto destacado.

“Eu fiz muitas amizades. Foi o que mais ficou para mim do Bolsa”.
(GDJOV)

“Educação e aprendizado, a imagem é de pessoas numa roda como fosse uma sala de aula conversando sobre o mesmo assunto e prestando atenção”. (GDJOV)

“Pessoas, grupo de colegas, eu não sabia conversar direito e hoje em dia eu sei conversar”. (GDJOV)

Embora boa parte das atividades realizadas pelo PBT estivesse muito próxima daquelas que supostamente deveriam ser desenvolvidas pela instituição escolar, notamos um silêncio sobre esta. A não ser pela exigência de retorno, o PBT parece não ter conseguido um diálogo mais efetivo com a escola, com algumas raras exceções, denotando uma das dificuldades no campo das políticas públicas de juventude – a articulação.

Em relação ao trabalho, com exceção do reconhecimento da superação de certa timidez no momento de busca por uma vaga, a reivindicação permanece: continuam ansiando por uma vaga ou algum curso que lhes possibilitasse a inserção. A fala de um dos coordenadores de projetos é emblemática nesse sentido:

“Você reencontra alguns meninos, muitos permanecem, apesar de estarem mais simpáticos, de gostarem da gente, continuam desempregados, na mesma condição” (GD COORD).

Educadores e coordenadores de projetos reconhecem as várias tentativas, inclusive da própria equipe do programa, em construir outras possibilidades de inserção

no mundo do trabalho para esses jovens. E para além dos problemas em função da falta de recursos, de tempo, da dificuldade em realizar a integração com outros programas e políticas públicas, apontam para uma questão fundamental: o modo como esses jovens compreendiam o trabalho e suas expectativas em torno dele. A opção pelo cooperativismo ou pelo chamado “terceiro setor” era vista por alguns jovens como fracasso:

“Eles vêem o cooperado, o cooperativismo como a falta de oportunidade, a falta de alternativa. Então eles falam, eu sou novo, sou jovem, estou estudando, eu quero um trabalho. Aí você fala assim: olha não tem trabalho, você quer ser cooperado? Pô, mas meu pai lá atrás, que é analfabeto, que foi mandado embora, não arruma um trabalho porque tem cinquenta anos, ele vai entrar numa cooperativa, agora eu jovem entrar numa cooperativa? Eu não sou fracassado” (GDEDUC).

“A gente até diz que ele poderia trabalhar no terceiro setor, mas ele não quer, isso para ele não é trabalho (GDEDUC).

Alguns jovens até destacaram que o curso despertou algum interesse por uma área diferenciada ou mesmo por alternativas de inserção, mas a falta de continuidade, a ausência de recursos financeiros e de um curso mais aprofundado foram aspectos limitadores:

“Até queria mas não consigo trabalhar porque o curso foi incompleto” (GDJOV)

“Eu pensava em trabalhar com artes plásticas. A professora mostrou um filme de um cara que estava bem prá caramba, mas se você começa agora e não é conhecido, é difícil (...). Pintor só ganha dinheiro depois de morto” (GDJOV)

“Depois do curso veio aquela história de cooperativa. Eu até fui em umas reuniões. O pessoal foi em uma, em outra, daí foi diminuindo até todo mundo desistir. Tinha que ter dinheiro, como a gente ia fazer sem ter dinheiro?” (GDJOV)

Ao falarem de sua situação atual e de seus projetos, é novamente o trabalho, e sobretudo a falta de trabalho que emergem como centrais:

“Arrumar emprego, é isso que estou fazendo agora. Depois que arrumar o emprego eu vou poder pensar em fazer muita coisa. Sem dinheiro não se faz nada. (GDJOV)”

“Meu projeto é ter uma profissão. Como meu pai fala, de ter uma profissão, ter um futuro prá você deixar para os seus filhos” (GDJOV)

“Depois que sai do bolsa trabalho eu não consegui arrumar nenhum emprego fixo. Tenho experiência em outras áreas, já trabalhei em outras coisas, mas está difícil. Eu procuro, mas é desesperador ficar nessa expectativa de esperar que vai chamar e não ser chamada” (GDJOV)

“Quando eu trabalho todo mundo fica as mil maravilhas comigo, quando estou desempregada ficam de cara feia. Eu não estou desempregada por quero é porque não tem. Eu também falo isso para minha mãe”. (GDJOV).

Todas essas considerações expressam um grande descompasso em relação ao desejo da SDTS em postergar a entrada do jovem no mercado de trabalho. Mesmo ao longo de sua participação no programa muitos jovens não deixaram de procurar um emprego ou até combinaram trabalho, escola e curso numa longa jornada diária. É o direito ao emprego que reivindicam, numa clara discordância em relação a possíveis ações públicas que intentem reservar-lhes apenas o mundo da educação, do lazer e da cultura, por exemplo. Isto muito nos informa sobre o lugar do trabalho na vida de tantos e tantas jovens em nosso país. Esses primeiros achados nos permitiram refletir sobre um conjunto de questões a serem ainda aprofundadas. Caberá explorar o lugar do PBT nas trajetórias dos diferentes jovens homens e mulheres, com escolaridade baixa ou elevada, de etnias diversas, empregados e desempregados, dentre outros possíveis perfis. Além disso, tamanha a centralidade do emprego e sobretudo do desemprego que nos parece central melhor investigar seus diferentes sentidos e as práticas emergentes em torno deles seja para os jovens, seja para suas famílias. Que saídas constroem? De quais apoios lançam mão? Quais são seus projetos? Como percebem o papel do Estado e de outras instituições? Qual foi o papel do PBT? A partir dessas questões será possível também refletir sobre o lugar da categoria trabalho na construção da categoria juventude em nosso país e o modo como as políticas públicas de juventude têm enfrentado essa questão, aprofundando o debate em torno dos descompassos entre a lógica dos sujeitos e das políticas.

6. Referências Bibliográficas

ABRAMO, H. "Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil". In: PERALVA, A.; SPOSITO, M.P. (org.). **Revista Brasileira de Educação**, n.5-6, 1997. /Juventude e Contemporaneidade (número especial)/

ARIÈS, P. **História Social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1978.

ATTIAS-DONFUT, C. "Jeunesse et conjugaison des temps". **Sociologie et sociétés**, Paris: v.28, n.1, 1996.

CARDOSO, A. M. et al. "Os deserdados da indústria: reestruturação produtiva e trajetórias intersetoriais de trabalhadores demitidos na indústria automobilística brasileira". In: III **Congresso da Associação Latinoamericana de Sociologia do Trabalho**, Buenos Aires: maio 2000. / versão revista, mimeo/

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social**. Rio de Janeiro, Petrópolis: Vozes, 1998.

CORROCHANO, M.C.; GOUVÊA, J.L. "A dança das cadeiras: os jovens e os mundos do trabalho no Brasil contemporâneo". In: **Desemprego Juvenil no Cone Sul: uma análise de década**. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert, 2003.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS. "Políticas públicas de emprego e proteção ao desempregado". In: **DIEESE**. A situação do trabalho no Brasil. São Paulo: DIEESE, 2001, pp. 259-91.

DEMAZIÈRE, D. **Le chômage de longue durée**. Paris: Presses Universitaires, 1995.

DUBET, F. "Entrée dans la vie et socialisation en France". In: ROULLEAU BERGER, L. e GAUTHIER, M (Orgs.) **Les jeunes et l'emploi**. Paris: Éditions de l' Aube, 2001.

DUBET, F. "Des jeunes et des sociologies: les cas français". **Sociologie et sociétés**, Paris: v.28, n.1, 1996.

FREYSSINET, J. **Le chomagé**, Paris: La Découverte, 1984.

LAGREE, J. C. "De la sociologie de la jeunesse a la sociologie des generations". In: **Les Sciences de l' educacion**, Paris: 3-4, 1992.

_____. **Age, jeunesse et politiques publiques**. Paris: 1999 (mimeo)

LEDRUT, R. **La sociologie du chômage**. Paris: Press Universitaires de France, 1966.

LEITE, E. "Juventude e trabalho: criando chances, construindo cidadania". In: FREITAS, M.V. e PAPA, F. C (orgs). **Políticas Públicas: Juventude em Pauta**. São Paulo: Cortez: Ação Educativa: Fundação Friedrich Ebert, 2003.

MARUANI, M. **Mécomptes du chômage**. Paris: Bayard, 2002.

PAIS, J. M. **Culturas Juvenis**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1993.

_____. **Ganchos, tachos e biscates: Jovens, trabalho e futuro**. Porto: Ambar, 2001.

PERALVA, A. "O jovem como modelo cultural". In: PERALVA, A. e SPOSITO, M. P. (org.). **Revista Brasileira de Educação**, n.5-6, 1997. /Juventude e Contemporaneidade (Número especial)/

POCHMANN, M. (Org.) **Desenvolvimento, trabalho e solidariedade: novos caminhos para a inclusão social**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo: Cortez, 2002.

RUA, M.G. "As políticas públicas e a juventude nos anos 90". In: BRASIL. Ministério do Planejamento e Orçamento. **CNPD - Comissão Nacional de População e Desenvolvimento. Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas**. Brasília: CNPD, 1998.

SALAS, R; BAVEREZ; N.; REYNAUD, B. **L'invention du chômage: Histoire et transformations d'une catégorie en France des années 1890 aux années 1980**. Paris: Press Universitaire, 1986.

SPOSITO, M. P. "A sociabilidade juvenil e a rua: novos conflitos e ação coletiva na cidade". In: Tempo Social - **Revista de Sociologia da USP**, v. 5, 1994.

_____ e CARRANO, P. C. **Juventude e Políticas Públicas no Brasil**. In: *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro: ANPED, n.24, 2003, pp. 16-39.

TOPALOV, C. **Naissance du Chômeur – 1880-1910**. Paris: Ed. Albin Michel, 1994.